

José Gomes de Lima Neto



Responsabilidade Tributária dos Grupos Econômicos

Pressupostos e Limites

Prefácio: Roque Antonio Carrazza

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by José Gomes de Lima Neto

Categoria: Direito Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L732r

Lima Neto, José Gomes de.

Responsabilidade tributária dos grupos econômicos : pressupostos e limites /
José Gomes de Lima Neto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.
256 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 203-223.

ISBN 978-85-519-0770-2

1. Responsabilidade Tributária. 2. Personalidade Jurídica. 3. Direito
Tributário. 4. Princípio da Autonomia. 5. Grupo Econômico. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1132226

Sumário

Agradecimentos	IX
Abreviaturas e Siglas	XIX
Prefácio	XXI
1. Introdução	1
2. O Princípio da Autonomia Patrimonial e os Aspectos Materiais da Desconsideração da Personalidade Jurídica	7
2.1 A Pessoa Jurídica em um Breve Relato	7
2.2 O Princípio da Autonomia Patrimonial e a Desconsideração da Personalidade Jurídica	10
2.2.1 A autonomia patrimonial e sua relação com o ordenamento constitucional econômico	10
2.3 Desconsideração da Personalidade Jurídica – Disregard Doctrine	12
2.3.1 Desconsideração da personalidade jurídica no Direito brasileiro	17
2.3.2 Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil	19
2.3.2.1 A Teoria Maior	22
2.3.2.2 A Teoria Menor	24
2.4 Sobre O Precedente do STJ – RESP 1312591/RS – Que Entendeu se Tratar de Direito Potestativo, o Direito ao Requerimento da Desconsideração da Personalidade Jurídica	25
2.5 Do Direito Potestativo	28
2.5.1 A classificação da ação e os direitos potestativos	33
2.5.2 Da natureza jurídica do prazo que atinge os direitos potestativos – Conceitos lógico-jurídicos ou jurídico-positivos?	34
2.6 Da Decadência e da Prescrição – Em Breves Comentários	36
2.6.1 Decadência	36
2.6.2 Prescrição	42
2.6.2.1 A prescrição e o ato ilícito	46

2.7 Da Natureza Jurídica do Direito ao Pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica	47
2.8 Do Prazo a ser Aplicado ao Pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica	51
3. A Responsabilidade Tributária e os Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	55
3.1 Sujeição Passiva na Constituição.....	55
3.2 Sujeição Passiva no CTN	57
3.3 O Responsável Tributário.....	60
3.3.1 As modalidades de responsabilidade tributária	63
3.4 A Responsabilidade Tributária e os Princípios Constitucionais que a Alicerçam	64
3.4.1 A legalidade como fonte constitucional da tributação.....	64
3.4.1.1 Legalidade formal e responsabilidade tributária.....	67
3.4.2 Princípio da praticabilidade.	68
3.4.2.1 A Praticabilidade e a responsabilidade tributária.	71
3.4.3 O devido processo legal	75
3.4.3.1 O devido processo legal e sua repercussão na Lei de Execuções Fiscais	78
3.4.4 A capacidade contributiva e sua relação com a responsabilidade tributária.....	79
3.4.4.1 O artigo 145, §1º da Constituição de 1988.....	83
3.5 Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica – O Novo CPC e o Tratamento da Matéria.....	85
3.5.1 O incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica e a sua aplicação nas ações de execução fiscal.	88
3.5.2 Sobre o Enunciado nº 53 da Enfam.....	94
3.5.3 Síntese jurisprudencial da questão.....	96
3.5.3.1 Decisões contrárias à instauração do incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (DPJ) nas ações de execução fiscal.....	96
3.5.3.2 Decisão a favor da instauração do incidente de DPJ nas ações de execução fiscal.	102
3.5.3.3 Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do TRF da 3ª região.	104

3.5.3.4 Do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade – PARR.....	107
4. A Responsabilidade Tributária dos Grupos Econômicos e suas Limitações nos Planos Constitucional e Infraconstitucional.....	111
4.1 Sobre A Posição Hierárquica Superior da Lei Complementar e suas Funções em Matéria Tributária	111
4.2 Da Lei Complementar como Instrumento de Estabelecimento dos Prazos Decadenciais e Prescricionais em Matéria Tributária	118
4.3 Os Prazos Extintivos da Decadência e da Prescrição e as Normas Gerais de Direito Tributário.....	121
4.4 À Busca de uma Definição de Grupo Econômico.....	125
4.5 A Responsabilidade Tributária dos Grupos Econômicos.....	132
4.5.1 Ainda sobre a fundamentação constitucional do tema.....	132
4.6 Da Atribuição da Responsabilidade dos Grupos Econômicos e a Necessidade de Fundamentação no CTN	133
4.7 A Responsabilidade Tributária do Grupo Econômico Como Exemplo da Espécie Responsabilidade por Transferência.....	138
4.8 Da Equivocada Caracterização da Responsabilidade do Grupo Econômico no CTN – Ausência de Dispositivo Compatível	141
4.8.1 O artigo 124 do CTN	142
4.8.2 O artigo 134 do CTN.....	147
4.8.3 O artigo 135 do CTN.....	151
4.9 O Artigo 50 do Código Civil e o Redirecionamento das Obrigações Tributárias nos Grupos Econômicos.....	158
4.10 A Imputação da Responsabilidade Tributária dos Grupos Econômicos por Ato Administrativo – A Norma Antielisiva.....	161
4.10.1 O artigo 116, parágrafo único do CTN.....	161
4.10.2 Norma antielisiva ou norma antievasiva? A necessidade de se escolher um lado.	165
4.11 A Eficácia do Código Civil Sobre a Matéria Tributária	170
4.12 A Lei Civil e a Desconsideração da Personalidade Jurídica Oriunda do Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN	174
4.13 A Eficácia do Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN – O Viés Processual da Questão.....	181
4.14 Sobre a Aplicação da Teoria ao Grupo Econômico	188

4.15 Enfim, da Possível Aplicação do Precedente Estabelecido pelo RESP 1312591/RS no Ambiente Tributário	191
5. Conclusão.....	197
Referências	203